

# ÁFRICA E AS AMEAÇAS À SUA SEGURANÇA

Francisco Proença Garcia<sup>1</sup>

## Introdução

Analisar África é sempre apelativo, mas muito complexo dado que não há uma África, mas sim várias Áfricas, uma vez que são diversificados os regimes e sistemas políticos, as culturas, as línguas, as religiões, a situação socioeconómica, os recursos, a integração regional e mesmo a situação securitária.

Ao falarmos especificamente em ameaças à segurança neste imenso espaço, imediatamente somos confrontados com diversas questões como: quais são essas ameaças? Qual a sua origem? Como se manifestam? É assim objetivo deste ensaio refletir sobre aquelas que consideramos serem as principais ameaças à segurança no Continente africano.

Devemos antes de mais esclarecer o que se entende por ameaças no contexto estratégico contemporâneo, sabendo-se que elas refletem numerosas alterações políticas, económicas e sociais ocorridas no mundo desde o final do século passado.

Tradicionalmente ameaça é definida como sendo qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objetivo que, por norma, é causador de danos, materiais ou morais; no fundo, o produto de uma possibilidade por uma intenção (Couto 1998).

Porém, este conceito, por não ser suficientemente abrangente, apresenta hoje difíceis problemas quando procuramos precisar o que compreende; além do mais não permite a inclusão de algumas manifestações com implicações tão sérias que podem ser classificadas como ameaças não tradicionais à segurança, como é o caso das alterações climáticas ou das pandemias como

---

<sup>1</sup> Professor Associado com Agregação em Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa. Foi Adjunto do Chefe do Estado-Maior do Exército de Portugal, Conselheiro Militar na OTAN e representante nacional na Science and Technology Organization/NATO. Diretor da Sociedade de Geografia de Lisboa. E-mail: fmgppg@yahoo.com.br

o SIDA.

Face à multiplicidade de conceitos sobre o assunto, neste ensaio optámos por adotar a definição de ameaça transnacional do relatório das Nações Unidas, *A More Secure World: Our Shared Responsibility*, que admite uma concepção bastante ampla de ameaça, encarada como: “(...) Any event or process that leads to large-scale death or lessening of life chances and undermines States as the basic unit of the international system is a threat to international security (...)” (NU 2004).

Em termos amplos, podemos considerar a segurança como a busca da libertação relativamente à ameaça, sendo a resultante da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade política e as ameaças que a mesma enfrenta (Waever et. al. 1993). Mas este conceito, contestado, ambíguo, complexo e com fortes implicações políticas e ideológicas, também sofreu alterações.

Atualmente tem vindo a afirmar-se a tendência para o alargamento do conceito e para nele incluir outras dimensões, tais como a segurança económica, a segurança do ecossistema e outros conceitos alternativos de segurança, que incluam o crime internacional organizado, a propagação transnacional de doenças, os movimentos migratórios internacionais em grande escala, a segurança societal (Buzan 1991) e a segurança humana (PNUD 1994).

Parece-nos ainda importante relembrar que hoje a relação entre segurança e desenvolvimento é incontestável, não podendo haver desenvolvimento sem paz nem segurança, da mesma forma que sem desenvolvimento e prosperidade, não haverá condições para a manutenção de uma paz duradoura. Neste contexto, a abordagem à dimensão segurança, não deve ser vista como um objetivo em si mesmo mas enquanto preocupação fundamental, designadamente para a atuação preemptiva ou preventiva sobre as causas da fragilidade e da instabilidade.

Nesta ordem de ideias, neste nosso breve ensaio começamos por abordar o contexto securitário em África, a violência estrutural que se manifesta um pouco por todo o Continente, para depois abordamos aquelas que nos parecem ser as principais ameaças que se manifestam naquele espaço tão diferenciado. Destas destacamos aquela que no atual contexto nos parece ser a maior ameaça, o fracasso do Estado que pode e deve ser relacionado com as outras ameaças. Apesar do Estado falhar, as populações continuam a viver nesses espaços, possuindo diversas formas de organização social, que subsistem e que competem com as restantes estruturas do Estado, na cobrança de impostos, no uso da força e na responsabilidade social sobre as populações que controlam.

A segunda ameaça a que damos ênfase no nosso ensaio é uma dessas

estruturas sociais que se procura afirmar em diversas geografias, a subversão global; depois e num nível de análise mais superficial, abordamos outras ameaças à segurança em África, sejam elas naturais como as alterações climáticas e as pandemias, ou causadas pela ação do homem, como o crime organizado e a pirataria.

## O contexto securitário africano

O Continente africano com os seus cerca de 30.2 milhões de km<sup>2</sup> distribuídos por 54 Estados, tem sido palco no último meio século de uma violência estrutural permanente, mantendo em 2017, segundo o Barómetro da Conflitualidade, publicado pelo *Heidelberg Institute for International Conflict Research*, 13 conflitos de alta violência, sendo consideradas dez situações de guerras e três de guerras limitadas, em países tão diversos como a Etiópia, a República Democrática do Congo, o Mali, a República Centro Africana, a Nigéria, a Somália, a Líbia e o Sudão do Sul (HIICR; 2017).

No Continente a região mais afetada pelos conflitos de alta violência é a da África subsaariana, onde em 2007 foram registrados 78 conflitos, dos 328 conflitos totais registados; sendo que destes, dois estão na mais elevada escala (de 0 a 5), sendo considerados como guerra, e os restantes sete considerados como de crise severa (nível 4). No mesmo ano foram registradas 24 crises (nível 3) e 45 conflitos não violentos (níveis 1 e 2) (HIICR 2007).

No ano de 2017, o *Heidelberg Institute* manteve a sua análise em cinco níveis, calculados da mesma forma, modificando, no entanto, a terminologia. Se considerarmos a análise sub-nacional, registaram-se mais 17 conflitos na África Subsaariana do que em 2007 (95 no total), contabilizando-se dez guerras (nível 5), três guerras limitadas (nível 4), 48 crises violentas (nível 3), e 32 conflitos não violentos (níveis 1 e 2). Em 2017 despoletou uma nova guerra na região fronteira da Etiópia com a Somália e, três guerras limitadas escalararam para guerras, sendo uma na República Centro-Africana (Anti-Balaka - ex-Séléka), que nesse ano provocou 1,1 milhões de deslocados; e duas novas guerras na República Democrática do Congo (Regiões do Kasai e do Kivu do Sul), país onde só na região Este se podem contabilizar mais de uma centena de grupos armados que procuram a supremacia local e o acesso aos recursos naturais; aqui os deslocados contabilizaram 1,7 milhões de pessoas. Por outro lado, neste ano, a guerra no Sudão, entre o Sudan People Liberation Movement in Opposition (SPLM/A-IO), e o governo (SPLM/A), baixou de significativamente de intensidade, passando para o nível 3, crise violenta (HIICR 2017).

Esta conflitualidade tem raízes diversificadas, mas, de uma forma ge-

ral, podemos considerar que se deve essencialmente ao fracasso dos Estados enquanto unidade básica do sistema político internacional.

## O fracasso do Estado em África

Quando se fala de fracasso, falhanço ou fragilidade do Estado – ou qualquer um dos vários termos entretanto popularizados quando se avalia o desempenho de um Estado –, há uma referência mais ou menos explícita aos elementos constitutivos do mesmo: ao seu território, ao povo e ao poder político soberano. Na expressão dessa soberania compete ao Estado o garantir da prossecução dos seus fins, ou seja, o fornecimento dos bens políticos constantes no contrato social fundador: a segurança, a justiça e o bem-estar social, aos quais acrescentamos o exercício da atividade política, ou seja, governar. Claro está que à falta de um contrato social escrito e assinado pelas partes, os bens políticos expectáveis variam de acordo com o tempo, o espaço e até a ideologia dominante.

É clássica a definição de Jean Bodin, percepcionando o Estado como uma entidade que não conhece igual na ordem interna, onde é supremo, e que não reconhece superior na ordem externa, pelo que é independente. Quer isto dizer que o Estado decide por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos e externos, inclusivamente se quer ou não procurar a assistência de outros e, ao fazê-lo, limitar a sua liberdade, chegando a compromissos com eles (Waltz 2002).

Porém, nem todas as unidades políticas conseguem garantir aos seus habitantes os referidos bens políticos. Apenas com objetivos pragmáticos de mapear demograficamente aquilo de que estamos a falar, através da análise de índices como o índice de Estados falhados do Fund For Peace de 2018, facilmente nos apercebemos que cerca de um terço da população mundial vive em áreas consideradas críticas ou em perigo. São inúmeros os exemplos, sendo o fenómeno mais notório em algumas regiões do Continente africano: Dos referidos 54 países africanos, quatro estão na categoria “very high alert” (Sudão do Sul, a Somália, a República Centro Africana e a República Democrática do Congo), quatro na categoria “high alert” (Sudão, Chade, Zimbabwe e Guiné-Conacri), dezassete na categoria “alert” e os restantes, aparecem classificados com “very high warning” ou “high warning”, excetuando a Namíbia, Botswana e o Gana, que aparecem na classificação de “warming” (Fund For Peace 2018).

São inúmeros os conceitos que nos aparecem associados a uma tentativa de definição de fracasso do Estado, bem como diversos os critérios de

classificação e, identificamos terminologias como Estados fracos (Fukuyama 2006)<sup>2</sup>, Estados falhados ou mesmo Estados colapsados, nas interpretações de Rotberg (2004)<sup>3</sup> e de Zartman (1995)<sup>4</sup>. Temos assim um retrato que apresenta diferentes graus de degenerescência do Estado.

Apesar desta imprecisão analítica ou de uma definição ambígua, estes conceitos ajudam-nos a identificar Unidades Políticas onde impera a má governação (corrupção endémica, abusos de poder, desrespeito pela dignidade da pessoa humana, debilidade institucional), a desregulação social, a inexistência de infraestruturas e serviços públicos, a incapacidade de impor o estado de direito ou de pôr fim à conflitualidade interna. Existem, para além destes fenómenos endógenos, uma série de factores exógenos ao próprio Estado que o empurram para situações de fragilidade e, eventualmente para o colapso.

Verifica-se assim que os conceitos associados ao fracasso do Estado são conceitos *a contrário*, em referência ao que é um Estado bem-sucedido. Partindo de um empirismo pragmático, os Estados fracassados são entidades “que não são capazes ou não estão dispostas a garantir as condições mínimas para as suas populações: paz interna, lei e ordem e boa governação” (Rotberg 2004). São Estados onde “o governo está a perder o controlo físico sobre o seu território ou onde não tem o monopólio do uso legítimo da força” (Foreign Policy 2009). O Estado fracassado é considerado, “em última instância, incapaz de se sustentar a si mesmo como membro da comunidade internacional” (Helman & Ratner 1993) e depende de fluxos regulares de assistência externa. Em África estes conceitos retratam os Estados como “carentes de capacidade de soberania necessárias para o exercício efetivo do poder e da autoridade” (Nwozor 2018).

No Continente africano o fracasso dos Estados surge ainda muito ligado à ineficaz gestão de oportunidades levada a cabo pelos líderes do período pós-independência, que foram incapazes de compreender na íntegra qual o papel do Estado e, mais tarde, sustentado numa classe política autoritária,

---

2 Fukuyama classifica o termo “fraco”, referindo-se à força do Estado e não ao seu alcance, significando “(...) uma falta de capacidade institucional para implementar e impor políticas, muitas vezes induzida por uma falta subjacente de legitimidade do sistema político como um todo”. (Fukuyama 2006).

3 Este autor diferencia Estados falhados de Estados colapsados. Um Estado falha em resultado “da violência interna, o governo perde a credibilidade (...) tornando-se ilegítimo para a sua população». Um Estado colapsado, corresponde «a uma versão extrema de um Estado falhado» em que a segurança é garantida pela lei do mais forte e onde «existe um vácuo de autoridade», no qual «os senhores da guerra ou actores não-estatais adquirem o controlo de regiões”. (Rotberg 2004).

4 Para Zartman Estados colapsados são aqueles cujas “funções básicas do estado não são mais executadas”. (Zartman 1995).

com poucos escrúpulos (Nwozor 2018) e detentora de uma visão patrimonial do Estado.

Estes não são, no entanto, conceitos aceites sem despertarem contestação. Charles Call considera que apesar do conceito ter atuado “como um corretivo para abordagens predominantes para promover a paz, o desenvolvimento ou a assistência humanitária” (Call 2008), atualmente, segundo aquele autor, este é um conceito falacioso e pouco útil, que desde a década passada nos dá uma visão do mundo definida pelas agências diplomáticas e de segurança, sobretudo no período pós 11 de setembro. Assim, este conceito deve ser abandonado, e ser colocado esforço na identificação de conceitos alternativos de análise que serão denotativa e conotativamente claros, úteis e discriminatórios (Call 2008).

O conceito de estado frágil continua ainda a espelhar uma visão dos actores externos sobre a importância da *state building* e como deve ser conceptualizado e operacionalizado. Mais do que a imprecisão de alguns indicadores, a crítica mais contundente à literatura sobre estados fracos tem que ver com a ausência de uma leitura local dos problemas e das soluções, ou seja, uma dificuldade em aceitar que nestes processos deve existir uma apropriação local.

Nesta ordem de ideias, nos anos mais recentes, esta linguagem tem sido progressivamente substituída por referências a graus variáveis de governação deteriorada, de fragilidade do Estado. Esta visão é a preferida dos teóricos do desenvolvimento que veem na linguagem do fracasso uma carga negativa, que politicamente prejudica as relações com essas unidades de poder. Aqui, neste ensaio, a linguagem não tem denotações ou conotações pejorativas; apenas traduz uma aproximação metodológica, mais empírica do que teorizadora ou doutrinal, de fenómenos que se constituem como ameaças à paz e segurança regional e global e, mormente, aos seus cidadãos: os estados que fracassam ou estão à beira do fracasso (Garcia & Ferro 2013).

## **Estruturas sociais subsistentes ao fracasso do Estado e suas tipologias**

O facto de os Estados apresentarem diversos estágios de debilidade ou terem mesmo colapsado – originando voláteis e indefinidas zonas de caos, onde se assumem formas alternativas incompletas à soberania anterior, múltiplas e conflitantes, originando guerras intermináveis, e que se encontram em crescimento exponencial em todo o Continente africano –, não impede que as populações, para quem a guerra já é uma forma de vida, continuem a habitar esses espaços e a desenvolver as suas atividades, da subsistência, à

educação e à economia, passando pela justiça/Lei e ordem, pelo uso da força, pela cobrança de impostos e mesmo pelo cunhar de moeda, desenvolvendo ações que contribuem para o desgaste do Poder formal existente ou subsistente, constituindo-se assim, estas atividades, em diversas formas de subversão.

As formas de organização social subsistentes podem ser tipificadas como os movimentos *lumpem*, as associações etnolinguísticas, as organizações de cariz político/popular e, por fim, a forma organizativa subversiva mais avançada, a subversão global (Garcia 2010).

Os movimentos *lumpem* são bandos armados ligeiramente organizados, de estrutura informal e horizontal, que podem emergir e obter sucesso contra um Estado fraco. A sua energia irradia da rua e não pelo desenvolvimento intelectual de uma ideologia, e a atuação militar precede a conceptualização dos motivos, em vez de emergir deles. A disciplina assenta na brutalidade extrema, com utilização profusa de estupefacientes e de bebidas alcoólicas, onde o apoio da população surge como uma mera questão de sobrevivência, uma vez que os elementos das *unidades lumpem* sistematicamente agridem e exploram as populações, não possuindo qualquer tipo de responsabilidade social sobre estas. A pertença ao grupo é sobretudo uma questão de sobrevivência, sendo o recrutamento forçado (Garcia 2010). A Frente Unida Revolucionária da Serra Leoa constitui-se como exemplo.

A base etnolinguística para a organização social surge em locais como a Somália e em todo o Sahel Tuaregue. Aqui, as lealdades assentam na genealogia e a pertença não é uma opção, assumindo a responsabilidade social sobre as populações que pertencem ou se identificam com o grupo. A organização é definida pelos laços familiares das estruturas que podem ser mobilizadas para o conflito em unidades militares primitivas e que são capazes de efetuar pequenas ações, contudo, não um combate sustentado; são muito idênticas na atuação às forças *lumpem*, lutando sobretudo por acesso a recursos e, cada vez mais, numa perspetiva de enriquecimento. As suas Forças são a manifestação da sua cultura e apresentam poucos vestígios de doutrina de insurreição ou de organização em estado-maior, e a liderança é indicada pelos membros, de onde lhe advém o ascendente pelos pares e a boa aceitação pelos mais velhos, de quem dependem na angariação de fundos e recrutamento (Mackinlay 2002).

As Forças Populares distinguem-se das *lumpem* e das etnolinguísticas pela sua ideologia política mais elaborada e pela proximidade das populações que apoiam essa ideologia, tendendo para uma organização militar mais consolidada. No seu desenvolvimento tradicional, podemos dizer que apresentam um período pré-insurreccional e um insurreccional. Surgem de uma organização em segredo que pode evoluir e conduzir operações prolongadas

no tempo. A sua estrutura é celular e tendem a adquirir uma componente política autónoma em relação à componente militar. Podemos apontar como exemplos os movimentos secessionistas: Movimento das Forças Democráticas de Casamança, no Senegal, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, em Angola, ou o Movimento para a Atualização do Estado Soberano de Biafra, na Nigéria.

Por fim a subversão global que em África assola todo o amplo espaço mediterrânico, da Argélia ao Egipto, tendo como principal espaço de atuação a Líbia (espaço que já não podemos considerar um Estado com uma autoridade reconhecida em todo o território) e todo o Sahel, alastrando a países africanos mais a sul, como a Nigéria, onde pauta o *Boko-Haram*.

## A Subversão Global

O movimento jihadista global e as suas duas principais facções – a al-Qaeda e o autodenominado Estado Islâmico/*Daesh* – tem como móbil uma amálgama de considerações político-religiosas e, através de uma atuação programática, procura modificar a Ordem Internacional vigente, tendo como intenção última a recriação do Califado no coração do mundo islâmico, regido por uma *Sharia* concebida a partir de uma interpretação integrista do Corão. Procura, assim, a transformação da sociedade muçulmana, limpando-a de inovação doutrinária (Zuhur 2005), e a extensão da *Jihad* aos países seculares da região e a subsequente substituição das suas lideranças. No fundo, procura o Poder e dominar os Estados (Garcia 2010). Esta sua atuação e expansão determinará uma alteração substancial do status quo, daí a nossa tipificação como subversão global.

Para alcançar os seus objetivos de conquista de espaços e Poder, é permitido o recurso a mecanismos não apenas políticos, mas também violentos, sendo empregues diversos métodos dos quais se destacam o terror e as táticas militares convencionais e irregulares.

O que observamos num determinado local ou região é apenas uma simples manifestação de algo maior, imerso das Filipinas à Nigéria, passando pela China, Afeganistão e Líbia, entre muitos outros países e regiões. Este fenómeno, tal como as outras tipologias subversivas, pode ser analisado segundo várias perspetivas, mas é aqui que as análises ocidentais pecam, nas percepções pois, por norma, e segundo Zuhur (Zuhur 2005), interpretamos as suas mentalidades como sendo diferentes das nossas, mas do que na realidade se trata é de uma diferença de valores e de técnicas associativas. No fundo, os novos combatentes da *Jihad* estão auto-convencidos que os seus atos

imorais de violência são morais, mas, de modo nenhum desafiam a lógica moderna de padrões da sua mentalidade.

O curioso desta atitude, em que os Ocidentais são o inimigo e que “para a violência estrutural do Ocidente apenas o terrorismo global é a resposta eficaz” (Moreira 2004), é que ela é aceite por camadas significativas da população, contrastando com o entendimento do poder, como se verifica com o Paquistão, Arábia Saudita, Egipto, Argélia, Jordânia, ou ainda em países que estão a braços com movimentos secessionistas de raiz islâmica, como acontece na Rússia, na China, na Indonésia ou no Bangladesh.

Estas duas organizações armadas (a al-Qaeda e o *Daesh*) têm estruturas, intenções, objetivos, financiamento e recrutamento globais e são apoiadas por vastas camadas populacionais que partilham a mesma ideologia ou religião. Hoje, quando as suas discordâncias são sobretudo de liderança (Guranatna 2017), lutam pelas lealdades, recursos, financiamento e recrutamento (Stern & Berger 2015).

A subversão global possui uma estrutura que se manifesta de inúmeras formas e em diversos espaços. Podemos considerar uma primeira manifestação no espaço físico e geográfico, central; outra num espaço físico descentralizado e periférico; uma outra num espaço ideológico (Duarte 2015); e, transversal a estas três, manifesta-se, como “multiplicador de força”, no ciberespaço.

O primeiro espaço central, com controlo territorial, acontece hoje em vastas áreas na região AfPak (Afeganistão e Paquistão), e no Iraque e na Síria. Aqui está a génese do movimento, e o seu comando é centralizado, administra território, tem responsabilidade social sobre as populações que controla, exerce a Lei e Ordem, cobra impostos e emprega a “força” de uma forma organizada, sendo capaz de conduzir operações “convencionais” em larga escala<sup>5</sup>.

O segundo espaço está assente no seu espraiar internacional, através de uma estrutura de *scale free network* transnacional, complexa e flexível, que engloba vários grupos jihadistas, associados e filiados, com agendas regionais, apoiando-se os grupos radicais mutuamente, constatando-se a existência de uma rede de solidariedade ativa que se estende da Chechénia ao Sudão, passando pelas Filipinas, pela Somália, pela Malásia e pela Indonésia, bem como pela Europa, onde possui uma muito elevada interoperacionalidade em domínios como a recolha de fundos, o recrutamento e a aquisição de material não letal (Guranatna 2017). Estas estruturas afiliadas não possuem subordinação direta do espaço central (Duarte 2015) e em grande medida são autos-

---

5 O DAESH apoderou-se de muito equipamento militar norte-americano fornecido ao Exército iraquiano, estimado em 25 mil milhões de dólares. In, (Stern & Berger 2015).

suficientes ao nível de armamento e financiamento (Stern & Berger 2015).

O terceiro espaço estrutural assenta essencialmente numa dimensão ideológica, inspiradora, sem uma relação direta, em que os seus elementos agem através de um mimetismo operacional em nome da al-Qaeda ou do *Daesh*, como é o caso dos lobos solitários, que antecipando os desejos do espaço central a partir dos seus discursos, ideologia e ação, têm iniciativa para planejam os seus ataques de acordo com as condições e capacidades locais, normalmente ataques de baixos custos financeiros, mas com grande impacto mediático.

Finalmente, a utilização do ciberespaço, espaço de batalha que serve para a comunicação interna e externa mas, e sobretudo, para, através de uma estratégia aplicada às redes sociais de uma forma tão agressiva quanto as táticas militares, estender a sua influência a todo o mundo (Stern & Berger 2015), procurando fazer uma gestão das percepções das populações por si controladas e da comunidade internacional.

Esta estrutura, parece estar a evoluir para uma maior descentralização, demonstrando uma capacidade de atuação global, atacando inclusivamente o coração de grandes poderes, como fez em Bruxelas, Nice e Paris, conseguindo sobreviver a intensas contra-medidas. A sua capacidade de sobrevivência advém-lhes, em nosso entender, sobretudo da sua capacidade de transformação, que lhes tem permitido crescer e surpreender cada vez mais.

Na Europa e na América do Norte, aquelas “organizações” tentaculares, que apresentam uma maleabilidade, uma plasticidade e um oportunismo nas suas ligações, efetuam sempre alianças coerentes, mas sobretudo convenientes, procurando infiltrar-se através da emigração clandestina, para posteriormente estabelecer ligações com diversas organizações nacionalistas islâmicas, com grupos étnicos e entidades multinacionais, de corte radical, levando o seu apelo para a mesma causa comum – causa capaz de transcender as diferenças (políticas, nacionais e religiosas) –, ao mesmo tempo que mantém a sua capacidade de acesso a consideráveis recursos.

As fontes de recrutamento e os motivos para adesão ao radicalismo jihadista são diversos e estão sobretudo associadas à revolta com situações sociais degradantes, a fatores culturais considerados humilhantes, a injustiça, a desigualdades e a xenofobia, mas também, segundo Zuhur (2004), os extremistas recrutam por uma crença recente na missão islâmica, a da’wa, e na glorificação da *Jihad* e do martírio, juntamente com o desejo de poder contribuir para a mudança do meio que os rodeia e do mundo em geral.

A todas estas motivações acresce o exponencial crescimento demográfico e o fator migratório, com o fluxo orientado predominantemente para os

países do Ocidente, onde as novas comunidades que se instalam, multiplicam a formação de colônias interiores (Moreira 2004) em relação às quais escasseiam os instrumentos de integração nas sociedades locais, potenciando o acréscimo de desencantados e de potenciais filiados e combatentes pela alternativa apresentada pelo terrorismo.

A “mensagem” transmitida, promove um sentimento de inclusão, pertença e propósito (Stern & Berger 2015), sendo, no fundo, criadora de identidade e, em simultâneo, garante de ação, gerando a possibilidade de, “perante a condição factual, ser a escolha mais racional possível. Se a isto somarmos a propagação mediática, nomeadamente via internet, a participação nestes movimentos, está aberta a toda a gente, sendo que a ação coletiva tenderá a globalizar-se” (Duarte 2015).

A utilização das redes sociais, principalmente do *Twitter*, do *Facebook* e do *YouTube*, bem como o controlo de fóruns e revistas com edições *online*, de que destacamos a *Rumiyah* e a *al Fatihin*, que desempenham um papel crucial na divulgação da “mensagem”, contribuem decisivamente para o recrutamento global.

Ao assumirem a questão da comunicação como essencial, estes movimentos exploram “a relação simbiótica entre *media* e violência, a melhor forma de publicitar e popularizar uma determinada noção de resistência islâmica. Além do mais, surgem globalmente como os únicos catalisadores da providencial alteração social e política” (Duarte 2015). A propaganda e mensagem do *Daesh* disseminadas em diversas línguas, pendem desproporcionalmente para o lado dos combatentes estrangeiros, tanto ao nível de conteúdo como de público-alvo.

Teve ampla ressonância entre os muçulmanos de todo o mundo, especialmente entre os jihadistas salafistas, a declaração, no início do Ramadão em finais de junho de 2014, de que o emir Abu Bakr al-Bghadadi era o novo Califa Ibrahim. Este anúncio exigia a lealdade de todos os muçulmanos, em especial de todos os outros grupos jihadistas (Stern & Berger 2015), e a quem jurar lealdade é-lhe atribuída a prerrogativa de *wilayat* (estatuto de futuras províncias).

Como consequência, a subversão global, que teve Bin Laden como face visível até à sua morte, assume hoje a sua forma mais significativa com o *Daesh*, que, apesar de alguma perda de controlo físico no espaço central, tudo indica deve reconcentrar esforços em consolidar os *wilayats* distantes como bastiões de poder (Guranatna 2017), eventualmente expandir-se a locais mais a sul, como já há fortes indícios na região de Cabo Delgado em Moçambique, ou mesmo encontrar santuários em locais mais tranquilos como Cabo Verde e, ao mesmo tempo, crescer no espaço cibernético.

Segundo o *Africa Center for Strategic Studies*, em 2017, as ações violentas ligadas a grupos militantes islâmicos que atuam em África aumentaram 36% relativamente ao ano anterior (2.933 contra 2.117), tendo provocado cerca de 10 mil mortes (cerca de duas mil no Iraque e na Síria). Também o número de combatentes Jihadistas no Continente já ultrapassa atualmente o número de combatentes na Síria e no Iraque; só o *Islamic State West Africa Province* (ISWAP) na Nigéria tem cerca de três mil e quinhentos combatentes (Africa Center For Strategic Studies 2018).

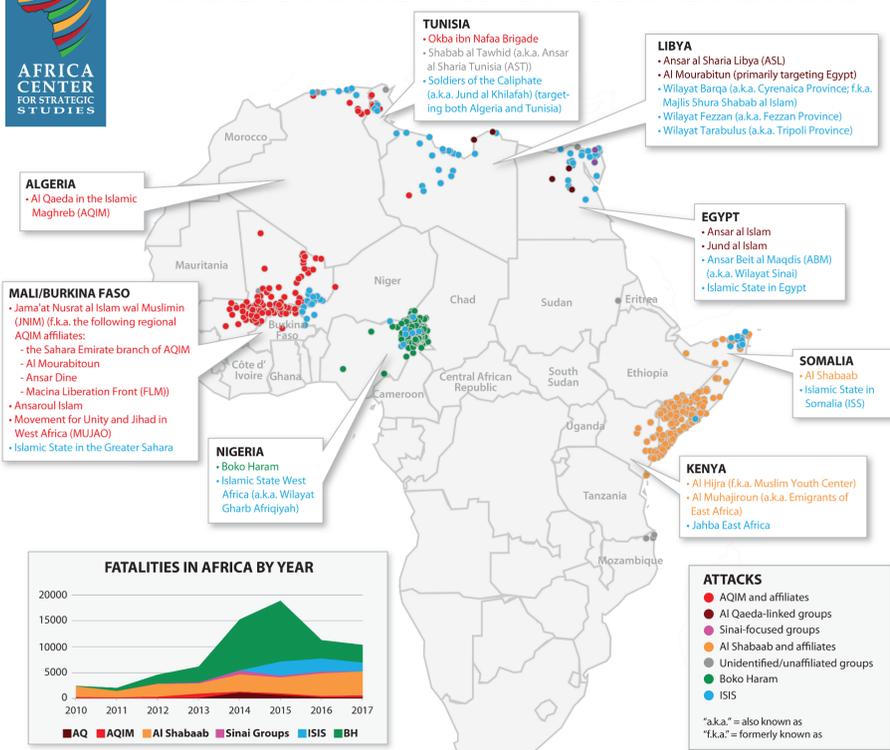
Ainda segundo aquele Instituto, apesar de a atividade ter crescido, os principais grupos continuam geograficamente concentrados (Somália, Bacia do Lago Chade e Mali central), o que evidencia diversos fatores locais distintos, contextos diversos, não se apresentando como uma ameaça única; monolítica. Na região do Sahel, a desestabilização afeta os países com maior crescimento demográfico. O principal móbil do seu crescimento tudo indica estar associado à má governação, ao fracasso do Estado, à pressão demográfica e às alterações climáticas.

A comunidade Internacional tem procurado apoiar os governos locais a fazerem face a esta ameaça, quer com intervenção militar direta de países como a França (Operação Barkhane) ou os Estados Unidos (AFRICOM), que possuem na região 4500 homens e 6000 homens, respetivamente, quer com operações de paz das Nações Unidas um pouco por todo o Continente, ou ainda as operações de Reforma do Setor de Segurança promovidas pela União Europeia. Porém, apesar do apoio internacional na manobra militar e na ajuda ao desenvolvimento, as responsabilidades primárias devem ser locais, sendo um bom exemplo as operações militares desenvolvidas pelos Exércitos nacionais com o apoio internacional.

A subversão global não pode ser analisada isoladamente e devemos ter a noção que hoje as ameaças são multidimensionais pois juntam mais do que uma ameaça numa mesma situação.



## AFRICA'S ACTIVE MILITANT ISLAMIST GROUPS



Updated: April 2018  
 Note: Compiled by the Africa Center; this graphic shows violent events involving the listed groups over the 12-month period ending March 31, 2017. Data on attacks or fatalities does not attempt to distinguish the perpetrators of the events. Group listings are intended for informational purposes only and should not be considered official designations. Due to the fluid nature of many groups, the listed affiliations may change.  
 Source: Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED); Daniel Byman, Jane's Terrorism and Insurgency Centre; Thomas Joiner; SITE Intelligence Group; The Soufan Group; Stanford University's Mapping Militants Project; Stratfor; Terrorism Research & Analysis Consortium (TRAC); and Aaron Y. Zelin.

Fig. 1 – Grupos islâmicos ativos. Africa Center For Strategic Studies (2018); in <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/04/Africas-Active-Militant-Islamist-Groups-April-2018.pdf>

### As outras ameaças à segurança em África

A debilidade do Estado e as zonas de caos podem e devem ser relacionadas com as outras ameaças, pois, não possuindo poder ou controlo sobre a totalidade do seu território, os Estados ficam permeáveis a que dentro de si germinem e se desenvolvam as mais diversas formas de subversão (Garcia & Ferro 2013). Esta combinação pode comprometer ainda mais a já de si frágil existência destes países como realidade política.

São inúmeros os conflitos regionais e de zonas de caos que alastram no espaço Africano, e apenas para citar os mais relevantes, além dos relacionados com o *Daesh*, que se afirma como fenómeno subversivo à escala global:

Na África do Norte permanece ainda a questão do estatuto do Sahara Ocidental, os conflitos na Líbia, no Mali e todas as manifestações de instabilidade e insegurança no Sahel, onde os problemas devem ser vistos sempre como transfronteiriços e interrelacionados; na África Subsariana destacamos toda a conflitualidade na Nigéria, quer em torno do Delta do Níger, quer com o *Boko Haram* que, além de desestabilizar o noroeste da Nigéria, alastrou a sua atuação aos Camarões, ao Chade e ao Níger; e não podemos deixar de referir o desastre humanitário na República Democrática do Congo, onde a violência é endêmica e o problema do secessionismo cabindês, ainda por se resolver em Angola, que conta com bolsas de guerrilha ainda ativas no território.

Os conflitos armados provocam ainda um mar de refugiados que habitam em campos onde, normalmente, a miséria é grande e os cuidados profiláticos decrescem.

A tudo isto, em África crescem as disparidades económicas, a mudança climática e o exponencial crescimento demográfico. Este caldo de cultura desperta fatores que acabam por fomentar a migração irregular, forçando as populações a movimentarem-se para outros espaços na procura de recursos, segurança e bem-estar, fragilizando territórios e o sentido de espaço, “desvalorizando Estados na lógica dos seus elementos constitutivos e quiçá, valorizando outros; na verdade, nada de novo, com as devidas adaptações” (Dias 2016).

África experiencia todo o tipo de movimentos populacionais, interregionais e intrarregionais, incluindo migração mista e irregular, migração de mão-de-obra e deslocamento devido a conflitos e desastres naturais. A Organização Internacional das Migrações (IOM) contabiliza 16 milhões de migrantes (IOM 2018), e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados contabiliza 10 milhões de deslocados e sete milhões de refugiados no Continente, cerca de um terço do total existente no mundo (UNHCR 2017).

O fator migratório (como elemento gerador de tensão e de alguma instabilidade), com o fluxo orientado predominantemente para os países do Ocidente, onde as novas comunidades que se instalam dificilmente são integradas nas sociedades locais, potencia o acréscimo de desencantados e de potenciais filiados e combatentes pela alternativa apresentada pela subversão global.

A migração irregular, da qual as Organizações Criminosas Transnacionais (OCT) se aproveitam, conduz à exploração da miséria humana. Vejam-se as situações dramáticas daqueles que procuram no *eldorado* europeu uma miséria doirada. Nas pateras que se dirigem para a margem norte do mediterrâneo ou para as Canárias, encontramos pessoas de todo o Continente africano. Vêm sobretudo da África Ocidental, mas também do Sudão, Chade, Corno de África e mesmo da África Austral. A IOM considera três rotas principais: a

rota do Norte de África (da África subsariana ao Norte da África e Europa); A rota do Golfo de Áden (do Corno de África para o Iêmen e além); E a rota do sul (do leste e do corno de África à África do Sul e além).

Estes migrantes, na busca de segurança e bem-estar, correm enormes riscos de vida. Muitos dos que não conseguem, permanecem nos países de trânsito, que se transformam em destino. Chegam a ficar anos e a fasear a sua “operação de salto”, o que lhes permite também terem diversos empregos informais durante a viagem, que lhes assegurará o pagamento da etapa seguinte. Este fenómeno é diário, e milhões de pessoas desesperadas procuram alcançar o outro lado da fronteira de estabilidade, onde ainda se faz sentir a ordem.

As OCT com as verbas geradas, adquirem um nível de poder que compete com alguns dos Estados africanos. Expressam esse poder pela capacidade para criar diversas formas de instabilidade nos países onde operam, instabilidade de amplo espectro, da esfera social à económica, da política à psicológica. Ao mesmo tempo, tentam conquistar indiretamente o poder político pela corrupção dos seus órgãos de soberania e dos seus funcionários, com a finalidade de intimidar o poder instituído, de forma a garantirem completa liberdade de ação nas suas atividades criminosas. Esta situação debilita ainda mais as fracas estruturas do Estado.

Na África Ocidental, uma região onde a maioria dos países se encontra entre os mais pobres do mundo, o tráfico de drogas é avaliado em centenas de milhões de dólares. As redes do tráfico de estupefacientes muitas vezes aproveitam as debilidades estruturais de países como a Guiné-Bissau e, com o beneplácito das elites dirigentes locais, acabaram por transformar a região num significativo centro de trânsito para a rota de distribuição da Europa.

No relatório de 2014 da *West Africa Commission on Drugs* são apresentados dados relativos a 2010 que revelam que, nesse ano, a maior parte do fluxo da cocaína oriunda da América Latina para a África Ocidental atravessou o arquipélago de Cabo Verde, de onde se dirigiu para a costa atlântica da região.

Neste tráfico que engloba a porosa região Sahara-Sahel, os diferentes grupos subversivos mantêm ligações económicas e simbióticas com tribos Tuaregues e Berberes, colaborando no tráfico de vários produtos e, sobretudo, na cobrança de impostos sobre estes tráficos, como é exemplo o movimento de trabalhadores não documentados, especialmente na Nigéria, Burkina Faso e Ghana (Harmon 2015).

A pirataria constitui um exemplo claro de ameaça que pode colocar em causa a segurança económica e energética, pois esta atividade criminosa impede a livre circulação de mercadorias, onde incluímos os hidrocarbonetos.

Esta manifesta-se no espaço africano em duas grandes regiões opostas, mas ambas cruzadas por algumas das principais rotas marítimas, porém com forma de atuação distintiva: O Corno de África e o Golfo da Guiné.

A sua atuação nestes locais tem por base as fracas condições socioeconómicas das populações e a incapacidade dos Estados costeiros para imporem a sua autoridade no mar (Silva 2016). No Corno de África passam 8% do tráfego mundial de mercadorias, 40 a 50% dos petroleiros, e 26% do tráfego de contentores (UNITAR/UNOSAT 2014). A rota alternativa pela África do Sul, além de incrementar a distância, encarece o frete.

No Corno de África, a atuação é sobretudo com base no binómio rapto/resgate, tendo os custos totais da atividade sido estimados no ano de 2012 entre 5.7 e 6.1 mil milhões de dólares (OEFF 2013) e suportados quer pelas empresas, quer pelos Estados. Nesta região, a atuação internacional com operações militares no mar, como a CTF 151 norte-americana ou a Atalanta da União Europeia, muito tem contribuído para o seu quase desaparecimento.

No espaço do Golfo da Guiné, a pirataria contabiliza 600 ataques entre 2002 e 2012, afetando severamente a economia local e as atividades portuárias (Grevi 2016). Em 2012, o governo nigeriano estimava que 400.000 barris fossem roubados diariamente, num custo total para o país de mil milhões de dólares mensais (Chatam House 2012).

Convém lembrar que, na região do Golfo da Guiné, a produção de petróleo representa cerca de 16% da produção mundial. Nesta instável região, quase todos os campos petrolíferos estão localizados *offshore*, o que lhes garante alguma segurança relativamente à instabilidade que assola a área continental (Guedes 2012). Esta região inclui também a Bacia do Congo (segundo maior conjunto hídrico e florestal do mundo, depois da Amazônia), que cobre perto de dois milhões de quilómetros quadrados.

Existem ainda outros riscos para a Segurança neste amplo espaço, e referimo-nos ao acesso aos recursos naturais. A segurança energética da Europa está muito dependente do seu flanco Sul. Cerca de 25% do Gás Natural e 65% do petróleo que a Europa importa atravessa o Mediterrâneo. A Espanha importa da Argélia 75% do gás natural que consome, a Itália importa 50% (Ose & Loup 2003); a UE aumentou de 18% para 23 % entre 2006 e 2014 as importações de petróleo provenientes de África; só em 2014 a Europa contava para 45% das exportações nigerianas e 20% das angolanas (Grevi 2016), sendo assim imperioso garantir a liberdade de circulação no mar e a segurança do seu abastecimento.

A água potável, o solo arável e a sua respetiva partilha entre as diversas comunidades devem ser considerados como um fator potencial de conflitos

regionais. Os casos mais notórios encontram-se no Sudão do Sul, onde a procura de solo arável e água aumenta o contexto de instabilidade, ou entre os agricultores cristãos e os nómadas muçulmanos Fulas, na Nigéria, situações que colocam “pressão na «terra», quer como espaço para ocupar, quer como geradora de recursos naturais, incluindo a água e os alimentares, muitas vezes esquecidos, classificados também em contexto como essenciais, respeitando o critério da necessidade” (Dias 2016).

As manifestações da alteração ambiental que levam à escassez de recursos e ao avanço da aridez, são visíveis em partes de África, o que provoca situações induzidas de migrações para as grandes áreas urbanas, acrescendo mais ainda à segurança na área alimentar. Esta situação é agravada pela questão de posse da terra, sendo de notar que cerca de 5% de solo arável africano se encontra na posse de outros Estados e de empresas que a compraram (Arábia Saudita, China, Brasil) (Dias 2016).

Outra grande ameaça à segurança em África provém das Pandemias como o SIDA e o Ébola, sendo a mais gravosa a infecção por HIV/SIDA, que representa uma pandemia global, da qual se conhecem casos em todos os continentes. Desde 1981, esta já provocou a morte de aproximadamente 25 milhões de pessoas, deixando 13 milhões de crianças órfãs, dando origem a mais baixas do que qualquer conflito armado ocorrido no século XX, incluindo qualquer uma das Grandes Guerras, e a tendência é para o agravar da situação. No epicentro do fenómeno encontramos o Continente africano. Atualmente há 36,70 milhões de portadores do vírus, tendo em 2015 sido registados 2,1 milhões de novos portadores (66% na África subsaariana) e provocado 1,1 milhões de mortes, das quais 470 mil na África do Sul e Oriental (NU 2015).

A progressão desta doença é profundamente marcada por um carácter distintivo e único na história da humanidade, quer pela extensão da sua propagação, quer na morte que consigo transporta. A progressão é contínua, global, sem escolher raça nem credo, latitude nem longitude, nem condição social (sobretudo na fase de tratamento). O seu poder de destruição estende-se a toda a comunidade.

O SIDA afeta o Estado como um todo, corroendo, à medida que se alastra, as bases da sociedade, o indivíduo, a família e a própria comunidade. A doença está a devastar os postos de trabalho ocupados pelos membros mais produtivos da sociedade. A sua progressão faz-se sentir nas áreas governamental, económica e de desenvolvimento social, com a agravante que estes elementos mais produtivos, das classes média e alta, dificilmente são substituídos.

O fenómeno também incrementa as necessidades orçamentais e as

taxas de apoio social, desencorajando o investimento estrangeiro. A força de trabalho fica assim reduzida, o que provoca a queda em flecha dos ganhos, sobretudo nos países mais debilitados ou em desenvolvimento. No fundo, o impacto é global e funciona como desestabilizador social, securitário e económico.

Dos países africanos com maior incidência de SIDA, mais de metade está envolvida em conflitos armados. As estatísticas também são claras no que diz respeito aos militares contaminados com o HIV são aproximadamente 5 vezes superiores aos civis e em períodos de guerra este valor cresce para 50 vezes mais. A situação é de tal maneira grave que muitas vezes as Forças Armadas (FA) são mesmo o principal grupo de contaminados e contaminadores. Trata-se, sem dúvida, de uma situação que leva a que, nalguns casos, seja esta a principal causa de baixas. Além do mais, como o SIDA não escolhe postos, há consequências importantes nas cadeias de comando, na capacidade das Forças e mesmo na sua coesão (Singer 2002). Os motivos para esta elevada incidência são diversos: desde razões que se prendem com a idade biológica, ao distanciamento das(os) companheiras(os) sexuais e finalmente uma cultura do risco instalada em muitas FA pelo mundo fora (Garcia 2010).

Temos que notar que os comandos em países onde a taxa de infeção é significativa já estão preocupados com a capacidade de projeção de força. O enfraquecimento da instituição militar, propicia mecanismos de desestabilização interna e de debilidade que aumentam a probabilidade de vir a ocorrer um ataque externo. Verifica-se que a multiplicação de contingentes de militares infectados com HIV inviabiliza a participação de muitos países em operações de paz (Garcia 2015).

Deve observar-se, por outro lado, que o SIDA é crescentemente utilizado como uma poderosa arma de guerra. Os raptos e os genocídios combinam-se desde sempre em muitos conflitos. Todavia, o facto relevante é a sua associação, recente, ao contágio do vírus do SIDA: é possível que a transmissão de SIDA possa corresponder a uma prática de genocídio, na medida em que parece estar presente o elemento de intencionalidade na passagem do vírus para a população. Terá sido isto que se passou no Ruanda e presentemente no Congo, onde mais de 500 mil mulheres foram desta forma infectadas com SIDA (Singer; 2002).

## Considerações finais

Nos últimos 50 anos, o Continente africano tem sido palco de conflitos persistentes materializados numa violência estrutural permanente, com

raízes diversificadas, mas devendo-se, sobretudo, à fragilidade dos Estados incapazes de garantir aos seus habitantes os fins últimos – segurança, justiça e bem-estar.

É esta fragilidade constante que impede o controlo do território e a detenção do monopólio do uso da força, que propicia o surgimento de outras entidades, que procuram substituir o poder formal, controlando populações e exercendo diferentes graus de responsabilidade social sobre estas, como são inúmeros os casos na porosa região do Sahara-Sahel. Referimo-nos aos movimentos *lumpem*, ou às associações de cariz etnolinguístico, social, securitária ou político/popular, que substituem ou emergem, sendo a forma organizativa mais avançada, aquilo que designámos por subversão global.

Hoje a subversão global materializa-se nas duas principais facções do movimento jihadista global (al-Qaeda e o *Daesh*) que procuram a conquista de espaços e Poder também em África, recorrendo a mecanismos não apenas políticos, mas também, e quando necessário, a ações violentas.

A sua estrutura é complexa, evolutiva, e adapta-se com facilidade a diferentes espaços e contextos, sejam eles físicos e geográfico, ideológicos e mesmo no ciberespaço, procurando promover sempre um sentimento de inclusão identitária.

Associado ou não à subversão global, no Continente é ainda manifesta a presença de OCT bem como o ressurgimento com grande vigor da pirataria, sobretudo na região do Golfo da Guiné, colocando em causa a segurança económica e energética ocidental. São ainda evidentes e preocupantes as iniqüidades económicas, as manifestações das alterações climáticas que levam à escassez de recursos e ao avanço da aridez, bem como a progressão das pandemias e suas consequências sociais e securitárias, como é o caso evidente do SIDA e, ainda, o expectável exponencial crescimento demográfico, em particular na região subsaariana, que acabam por fomentar um fenómeno migratório sem precedentes em direção ao ocidente, forçando as populações a movimentarem-se para outros espaços na procura de recursos, (progressivamente mais escassos), de segurança e bem-estar, fragilizando territórios, gerando tensões e instabilidade em Estados já de si frágeis, numa espiral de conflito.

A intervenção internacional se for bem concertada com os Estados africanos poderá ser mais que um paliativo. Aliás as ameaças globais – como a subversão global - carecem de uma estratégia de resposta global (política/diplomática, socioeconómica, militar, psicológica e informática-eletrónica), que passa necessariamente pela criação de uma network com pontos focais em vários Estados para a partilha e troca de informações de inteligência.

Desta análise espectral sobre as ameaças identificadas muitas questões ficam por responder e diversos cenários se podem prospectar: quais das

ameaças tendem para um incremento ou para um decréscimo? Quais serão os caminhos para que a África (com todas as suas Áfricas) contorne a médio ou longo prazo as ameaças mais acutilantes? Qual a resposta possível para lhes fazer face de uma forma holística? Como pode a comunidade internacional apoiar no combate e mitigação de suas consequências?

## REFERÊNCIAS

- Africa Center for Strategic Studies (2018) - African Militant Islamist Groups Again on the Rise. [Em linha]. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/04/Africas-Active-Militant-Islamist-Groups-April-2018.pdf>
- Buzan, Barry (1991) – People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in Post Cold War Era. New York.
- Call, Charles T (2008) – The fallacy of the Failed State. *Third World Quarterly*, Vol. 29, Nffl 8, Routledge, pp. 1491-1507.
- Couto, Abel (1988) – Elementos de estratégia – apontamentos para um curso. Pedrouços: Instituto de Alto Estudos Militares. Vol. I e II.
- Chatam House (2013) – Maritime Security in the Gulf of Guinea. In, Report of the conference held at Chatham House, London, 6 December 2012, March;
- Dias, Mendes (2016) – Disputa por recursos naturais escassos. In, RODRIGUES, Teresa; BORGES, Vieira - Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo global. *Esfera do Caos*. Lisboa, pp. 217-231.
- Duarte, Filipe (2015) – Jihadismo Global. Das palavras aos actos. Marcador. Lisboa.
- Fund for Peace(FFP) (2018) - The failed states index. [Em linha]. Disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/2018/04/19/fragile-states-index-2018-issues-of-fragility-touch-the-worlds-richest-and-most-developed-countries-in-2018/>.
- Foreign Policy(2009) - The failed states index. Fact & Methodology [Em linha]. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/06/22/2009-failed-states-index-faq-methodology/>
- Fukuyama, Francis (2006) – A construção de Estados: governação e ordem mundial no século XXI. Lisboa: Gradiva.
- Garcia, Proença (2010) – Da guerra e da estratégia. A nova Polemologia. Prefácio, Lisboa.

- Garcia, Proença; Ferro, Mónica (2013) – A Crise do Estado e a Segurança Internacional. In, Revista de Direito e Segurança. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Nffl. 1, ano I, pp. 37 - 63;
- Grevi, Giovanni (2016) – Power and interdependence. In BACARIA, Jordi; TARRAGONA, Laia - Atlantic Future. Shaping a new hemisphere for the 21st century; Africa, Europe and the Americas. CIDOB, Barcelona, pp. 103-115;
- Guedes, Armando Marques (2012) – Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da «Lusofonia». In, Observare, Universidade Autónoma de Lisboa. Vol. 3, n. ffl 1 (Primavera), pp. 1-37;
- Guraratna; Rohan (edited) (2017) – Counterterrorist trends and analyses. International center for political violence and terrorism research, Singapore.
- Harmon, Stephen (2015) – Securitization initiatives in the Sahara-Sahel region in the twenty-first century. In, African Security, 8:4, p. 227-248, DOI: 10.10.80/19392206.2015.1100503.
- Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIICR) (2017) – Conflict barometer 2017. Disputes, non-violent crisis, violent crisis, limited wars, wars. Nffl 26. Heildelberg.
- Heidelberg Institute for International Conflict Research (2007) – Conflict Barometer 2007. Crises - Wars - Coups d’E’tat. Nffl 16. Heildelberg.
- Helman, Gerald, Ratner, Steven (1993) – Saving Failed States. In, Foreign Policy; 89; 3 (Winter 1992-93); <http://fundforpeace.org/fsi/2017/05/14/fragile-states-index-2017-annual-report/>
- International Organization for Migrations (2018) – World Migration. [Em linha]. Disponível em: [www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018](http://www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018)
- Mackinlay, John (2002) – Globalisation and insurgency. Adelphi Paper 352. Oxford: Oxford University Press.
- Moreira, Adriano (2004) – Insegurança sem fronteiras: o martírio dos inocentes. In, MOREIRA, Adriano (Coord.) Terrorismo. Coimbra: Almedina. p. 121-146.
- Nwozor, Agaptus (2018) – União Africana, construção do Estado e os desafios da fragilidade estatal na África. Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V. 7, Nffl 13, Jan-Jun, pp. 69-90.
- One Earth Future Foundation (2013) - The economic cost of Maritime Piracy 2012. [Em linha]. Disponível em: [http://oceansbeyondpiracy.org/sites/default/files/ecop2012final\\_2.pdf](http://oceansbeyondpiracy.org/sites/default/files/ecop2012final_2.pdf)

- Ose, Dieter; Loup, Laure (Coord) (2003) – Managing change: Evolution in the global arena and Mediterranean security. Roma: NATO Defense College, Serie Monographies, Nffl 15.
- Programme des Nations Unies Pour le Developpement (1994). Rapport Mondial sur le Development Humain 1994. Paris: Economica.
- Rotberg, Robert (2004) – When states fail: causes and consequences. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Silva, Ferreira da (2016) – Uma visão global da pirataria marítima no século XXI. In, RODRIGUES, Teresa; BORGES, Vieira - Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo global. Esfera do Caos. Lisboa, pp. 71-108.
- Singer, P. W. (2002) - AIDS and International Security. Survival. Oxford. Vol. 44: 1, Spring pp. 145-15.
- Sterna, Jessica; Berger, J.M. (2015) – Estado Islâmico. Estado de Terror. Vogais. Lisboa.
- UNITAR/UNOSAT (2014) - UNOSAT Global Report on Maritime Piracy: a geospatial analysis 1995-2013. Geneva: United Nations Institute for Training and Research. [Em linha]. Disponível em: [https://unosat.web.cern.ch/unosat/unitar/publications/UNITAR\\_UNOSAT\\_Piracy\\_1995N2013.pdf](https://unosat.web.cern.ch/unosat/unitar/publications/UNITAR_UNOSAT_Piracy_1995N2013.pdf).
- United Nations (2015) - AIDS epidemic update. [Em linha]. Disponível em <http://www.unaids.org/>
- United Nations (2004) – A more secure world: our shared responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. [Em linha]. Disponível em: <http://undocs.org/A/59/565>
- UNHCR (2017) – Global Report 2017. [Em linha]. Disponível em: [http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017\\_English\\_Full\\_lowres.pdf](http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017_English_Full_lowres.pdf)
- Waever, Ole [et. al.] (1993) – Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe. London: Pinter Publishers.
- Waltz, Kenneth (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva.
- West Africa Commission on Drugs (2014) - Not just in transit: Drugs, the State and Society in West Africa. Kofi Annan Foundation. <http://www.wa-commissionondrugs.org/report/>
- Zartman, William (1995) – Collapsed states: The disintegration and restoration of legitimate authority. Boulder; CO: Lynne Rienner.
- Zuhur, Sharifa (2005) – A hundred Osamas: Islamist Threats and the future of counter-insurgency. Carlisle: Strategic Studies Institute.

## RESUMO

Este ensaio começa por abordar o contexto securitário em África e a violência estrutural que se manifesta um pouco por todo o Continente. Posteriormente aborda as principais ameaças que se manifestam naquele espaço tão diferenciado, destacando-se a que no atual contexto parece ser a maior ameaça, a fragilidade dos Estados incapazes de garantir aos seus habitantes os fins últimos – segurança, justiça e bem-estar. Apesar do Estado falhar, as populações continuam a viver nesses espaços, possuindo diversas formas de organização social, que subsistem e que competem com as restantes estruturas do Estado, na cobrança de impostos, no uso da força e na responsabilidade social sobre as populações que controlam. A segunda ameaça a que se dá ênfase no ensaio é uma dessas estruturas sociais que se procura afirmar em diversas geografias, a subversão global, que hoje se materializa nas duas principais facções do movimento jihadista global (al-Qaeda e o Daesh), que procuram a conquista de espaços e Poder também em África, recorrendo a mecanismos não apenas políticos, mas também, e quando necessário, a ações violentas. Por fim, é feita uma análise espectral das outras ameaças à segurança em África, sejam elas naturais como as alterações climáticas e as pandemias, ou causadas pela ação do homem, como o crime organizado e a pirataria.

## PALAVRAS-CHAVE

África; Ameaças; Segurança; Fracasso do Estado; Subversão Global.

*Recebido em 30 de agosto de 2018.  
Aprovado em 15 de fevereiro de 2019.*